



ENAP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Brasília, março de 2011

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

Brasília, 03/2011

Lista de Abreviações e Siglas

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
AFC - Analista de Finanças e Controle
APO - Analista de Planejamento e Orçamento
BSC - *Balanced Scorecard*
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDDET - Fundação Centro de Educação a Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
CFTV - Circuito Fechado de Televisão
CGU - Controladoria Geral da União
CLAD - Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento
CSPS - *Canada School of Public Service* - Escola Canadense de Serviço Público
CTI - Projetos de Cooperação Técnica Internacional
ED. - Edição
EIAPP - Escola Iberoamericana de Administração e Políticas Públicas
ENAP – Fundação Escola Nacional de Administração Pública
EPPGG - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FIIAPP - Fundação Internacional para a IberoAmérica de Administração e Políticas Públicas
FUB - Fundação Universidade de Brasília
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GIZ - Agência de Cooperação Alemã
GLAP - Grupo Latino-americano pela Administração Pública
IBAS - Grupo de diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBERGOP - Programa de Cooperação Escola Iberoamericana de Governo e Políticas Públicas
IIAS - *International Institute of Administrative Sciences*
IMEF - Instituto Mercosul de Formação
IN - Instrução Normativa
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OCI - Órgão de Controle Interno
OGU - Orçamento Geral da União
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PRO-REG - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para
Gestão e Regulação
RINAPE - Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TRF – Tribunal Regional Federal
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNITAR - Programa Executivo de Assistência Técnica com o Instituto das Na-
ções Unidas para Treinamento e Pesquisa
UO - Unidade Orçamentária

Lista de Tabelas

Tabela I - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	21
Tabela II - Execução Física das ações realizadas	22
Tabela III - Identificação da Unidade Orçamentária (UO)	27
Tabela IV - Programação de Despesas Correntes	28
Tabela V- Quadro Resumo da Programação de Despesas	28
Tabela VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	28
Tabela VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	30
Tabela VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	31
Tabela IX - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	32
Tabela X - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	32
Tabela XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	33
Tabela XII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	35
Tabela XIII - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	36
Tabela XIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	36
Tabela XV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	37

Tabela XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	37
Tabela XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	37
Tabela XVIII - Composição do Quadro de Estagiários	37
Tabela XIX - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	38
Tabela XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	39
Tabela XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	39
Tabela XXII - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	40
Tabela XXIII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	41
Tabela XXIV - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	41
Tabela XXV - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	42
Tabela XXVI - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	42
Tabela XXVII - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	43
Tabela XXVIII- Estrutura de controles internos da UJ	46
Tabela XXIX - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	48
Tabela XXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	49
Tabela XXXI - Gestão de TI	50
Tabela XXXII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	52
Tabela XXXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	52
Tabela XXXIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	53
Tabela XXXV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	53

Sumário

1. Identificação	17
2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira.....	18
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.....	18
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	19
2.3. Programa de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	21
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	27
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	35
4. Movimentação e o saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	36
5. Transferência.....	41
6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e SICONV.....	44
7. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	45
8. Sistema de controle interno.....	46
9. Sustentabilidade ambiental.....	48
10. Gestão do patrimônio imobiliário.....	49
11. Gestão de tecnologia da informação (TI).....	50
12. Utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	51
13. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	52
14. Recomendações realizadas pela unidade de controle interno.....	54

15. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	55
16. Resultados e conclusões.....	56
Anexos	58
Anexo I -Declaração sobre informações no SIASG.....	59
Anexo II - Declaração de bens e rendas.....	61
Anexo III - Declaração do contador responsável.....	63
Anexo IV - Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64.....	65

Organograma Funcional

A ENAP tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

- a) Gabinete; e
- b) Assessoria de Cooperação Internacional;

II - órgãos seccionais:

- a) Procuradoria Federal;
- b) Auditoria Interna; e
- c) Diretoria de Gestão Interna;

III - órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Formação Profissional;
- b) Diretoria de Desenvolvimento Gerencial; e
- c) Diretoria de Comunicação e Pesquisa;

IV - órgãos colegiados:

- a) Conselho Diretor; e
- b) Conselho Acadêmico.

Presidente - exercer a direção superior da ENAP, bem como definir as orientações estratégicas e gerais para as suas atividades, em estreita consonância com as diretrizes traçadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gabinete - assistir o Presidente no preparo e despacho do expediente, nas relações interinstitucionais e articulações internas necessárias à execução das atividades da ENAP, bem como na elaboração e monitoramento do seu planejamento estratégico.

ACI (Assessoria de Cooperação Internacional) - exercer as atividades relativas ao intercâmbio e cooperação técnica com entidades no exterior.

Procuradoria – representar judicial e extrajudicialmente a ENAP; exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da ENAP, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da ENAP, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Auditoria Interna – verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais; planejar e executar auditorias preventivas e corretivas; acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

DGI (Diretoria de Gestão Interna) - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de gestão de pessoas, de serviços gerais, de organização e modernização administrativa, de logística de eventos, de secretaria escolar, de acervo documental, de tecnologia de informação e de planejamento, orçamento e contabilidade da ENAP.

DFP (Diretoria de Formação Profissional) - planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades de formação, especialização e aperfeiçoamento profissional, e outras voltadas à obtenção de requisitos para promoção em carreiras estruturadas.

DDG (Diretoria de Desenvolvimento Gerencial) - planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades de capacitação de servidores públicos.

DCP (Diretoria de Comunicação e Pesquisa) - planejar, dirigir, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução das atividades de estudos aplicados, editoração e difusão técnica, acervo bibliográfico, com vistas à consolidação e divulgação de informação e de conhecimentos relativos à gestão pública.

Conselho Diretor (presidido pelo Presidente da ENAP e integrado pelos quatro Diretores) -

I - apreciar os assuntos que lhe forem submetidos por qualquer dos seus membros;

II - aprovar as normas gerais da administração da ENAP;

III - manifestar-se sobre o programa geral de trabalho, os planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos;

IV - opinar sobre o relatório de atividades e a prestação anual de contas;

V - manifestar-se, quando solicitado pelo Presidente, sobre convênios, contratos, acordos e ajustes previstos no plano anual de trabalho da ENAP;

VI - examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira da ENAP; e

VII - determinar os critérios para a composição e funcionamento do Conselho Acadêmico.

O Conselho Acadêmico terá caráter consultivo e será presidido pelo Presidente da ENAP, com a finalidade de qualificar o desenvolvimento institucional e as atividades de ensino e pesquisa da Escola, bem como aprimorar sua capacidade para responder a problemas estratégicos de gestão pública.

Introdução

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que não se aplicam à natureza da Unidade:

- Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76:

A ENAP é uma Fundação Pública regida pela Lei 4.320/64.

- Composição acionária do capital social e Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades:

A ENAP é uma Fundação Pública da Administração Indireta, de direito público, vinculada ao Ministério do Planejamento.

- Parecer da auditoria independente:

A ENAP é uma Fundação Pública da Administração Indireta, de direito público, vinculada ao Ministério do Planejamento.

- Renúncia tributária:

A ENAP é Fundação Pública criada por meio da Lei 6.871/80, e modificada pela Lei 8.140/90, onde se fez prever como sua atividade/finalidade “promover, elaborar e executar os programas de capacitação de recursos humanos para a Administração Pública Federal, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos”. Assim, não conferiu a Lei a esta Escola de Governo a prerrogativa de instituir e/ou cobrar tributos, motivo pelo qual não se aplica a apresentação do relatório de “demonstração de renúncia tributária” apontada nos normativos que regulam o processo de Prestação de Contas Anual e Relatório de Gestão - 2010.

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências:

- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:
Não houve movimentação deste tipo de valor no ano de 2010.

Principais realizações da gestão no exercício

Formação inicial de 102 Especialistas em Política Pública e Gestão Governamental (EPPGG) e início do curso de formação de 102 Analistas de

Planejamento e Orçamento (APO), com conclusão em fevereiro de 2011. A nova carreira de Analista de Infraestrutura formou 198 servidores, cujas atribuições estão diretamente vinculadas ao ciclo de gestão de projetos de infraestrutura. Para a nova carreira de Analista de Tecnologia da Informação (TI) foi ofertado o Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação, que formou 489 Analistas de TI. Foram capacitados 863 servidores em 32 turmas de 26 cursos de Aperfeiçoamento de Carreiras, com a oferta de novas disciplinas, a saber: Gestão da Estratégia com o Uso do *Balanced Scorecard* (BSC); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) Gerencial; Marcos e Instrumentos da Regulação Econômica; Política da Defesa da Concorrência; Comunicação em Políticas Públicas; Judicialização de Políticas Públicas; e Diversidade e Políticas Públicas.

No que diz respeito à oferta regular de especializações reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), em 2010 foram certificados 26 alunos no curso de Especialização em Gestão Pública para Servidores que atuam com Processo Orçamentário e haverá a certificação de mais 26 alunos no curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público - 2ª ed., em fevereiro/2011. Em março de 2011 será concluída a 6ª edição da especialização em Gestão Pública. Além disso, foram iniciados os cursos de especialização em Gestão Pública (7ª ed.), Gestão de Pessoas (3ª ed.) e Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (1ª ed.).

O Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e em Regulação, em parceria com o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) da Casa Civil, ofertou cursos de aperfeiçoamento para 190 servidores federais que atuam na área da regulação. Foram ofertados também os cursos de Econometria e Regulação Avançado para servidores do Ministério da Fazenda, totalizando 59 capacitados.

Em 2010 a oferta de cursos de formação para dirigentes se tornou prioridade na ENAP. Nesta linha de atuação ocorreu a capacitação de 33 reitores e 179 diretores no Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, realizado em parceria com o MEC. Além disso, foram ofertadas turmas do curso Liderança Dinâmica no Serviço Público, adaptado da Escola Canadense de Serviço Público (CSPS), para gerentes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Foi desenvolvido programa específico para o INSS, que deverá contemplar a capacitação de gerentes executivos e dos gerentes de atendimento da Previdência Social. A Escola desenvolveu também um programa de capacitação destinado aos ocupantes dos cargos das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e equivalentes. Houve a capacitação de 90 técnicos e gestores municipais no Módulo 4 do Programa de Capacitação do Projeto Brasil Municípios sobre aquisições, contratações, logística de compras e compras eletrônicas.

Foram realizadas 25.035 capacitações em cursos a distância. Destaca-se a realização da II Semana de Formação de Tutores para a Educação Continuada a Distância, com a participação de 40 professores que fornecem tutoria em nove cursos da ENAP.

Houve o fortalecimento do Programa de Parcerias. Em 2010, 12 instituições parceiras viabilizaram a realização de 2.970 capacitações, nas cinco regiões do Brasil. Foi realizada a IV Semana de Formação de Facilitadores de Aprendizagem, com a participação de 90 professores de Brasília e de instituições parceiras.

A Rede Nacional de Escolas de Governo contava com 178 instituições cadastradas, com representação em todos os estados brasileiros, sendo 43 instituições federais, 94 estaduais e 41 municipais. Em 2010 a ENAP promoveu o VIII Encontro Nacional, que registrou a presença de 176 participantes de 104 escolas de Governo. O Sistema Mapa da Oferta de Capacitação da Rede de Escolas de Governo conta atualmente com 610 usuários cadastrados e em 2010 foram realizadas sete oficinas de capacitação no Sistema, com 159 participantes de 85 instituições.

O Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos contou com a participação de 180 servidores, sendo cerca de 150 de órgãos setoriais e 30 da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e da Comissão de Monitoramento e Avaliação. Foi realizado, em parceria com a Fundação Itaú Social, o curso Avaliação Econômica de Projetos Sociais, com o objetivo de preparar gestores para mensurar o impacto e o retorno econômico de ações sociais nas comunidades relacionadas aos projetos.

Na integração com a política internacional do governo brasileiro, a Escola desenvolveu uma série de atividades de cooperação Sul-Sul e representou o governo brasileiro nos seguintes fóruns de cooperação: Escola Iberoamericana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), Instituto Mercosul de Formação (IMEF), Programa de Cooperação Escola Iberoamericana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP) e *International Institute of Administrative Sciences* (IIAS). A Escola participou, no México, da criação do Grupo Latino-americano pela Administração Pública (GLAP), uma instância regional do IIAS. Além disso, foi realizada uma oficina de Identificação de Competências em Cooperação Internacional - Cooperação Técnica Alemã (GIZ), Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e ENAP - atividade prévia à assinatura do Projeto de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha, com 64 concluintes.

Foram realizados cinco cursos com a participação de servidores de Moçambique (5), Angola (48) e Guiné Bissau (36), e a capacitação de 28 alunos provenientes de treze países da América Latina em curso ofertado para a Escola Iberoamericana de Administração e Políticas Públicas (Avaliação de Programas

Sociais). Ademais, a Escola aderiu ao consórcio do Eurosocial II (programa regional para a coesão social da América Latina, em parceria com a Fundação Internacional para a IberoAmérica de Administração e Políticas Públicas – FIIAPP), juntamente com outras instituições da França, Itália e América Central.

No projeto de cooperação Brasil-Canadá “Desenvolvimento da Capacidade de Governança” foram realizadas 24 atividades, como a replicação de cursos adaptados do Canadá nas seis escolas de governo parceiras do projeto, o lançamento da publicação sobre Diversidade e Capacitação em Escolas de Governo, a transferência da Metodologia de Café com Debate e da Mesa-Redonda Pesquisa-Ação para as escolas parceiras e a realização do 2º *Workshop* sobre estudos de caso e da oficina sobre diversidade para formadores. Foram capacitados neste período 353 servidores públicos.

Na cooperação com a Espanha, o projeto “Fortalecimento da Gestão de Políticas Públicas de Inclusão Social do Governo Federal Brasileiro” realizou oficina sobre aposentadoria por invalidez (44 participantes), encontros para discutir segurança de informação e combate às fraudes no âmbito da seguridade social (sete participantes), oficina para discutir mecanismos de controle e indicadores de acompanhamento, monitoramento e avaliação da rede de assistência social para idosos e pessoas com deficiência (31 participantes) e oficina sobre avaliação de desempenho institucional e individual (45 participantes).

Outra atividade desenvolvida foi o Projeto Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique. O projeto resultou na realização de curso e de oficinas de Desenvolvimento de Equipes e de Alinhamento sobre estratégias para a profissionalização do servidor público de Moçambique, com a participação de representantes das instâncias de formação daquele país.

Foram realizados para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o curso de Capacitação de Instrutores do Novo Formulário do Cadastro Único para Programas Sociais e o curso Competências Conversacionais para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entre outubro de 2009 e fevereiro de 2010, em 26 turmas do curso CadÚnico – Instrutores de Estados e Municípios e Aperfeiçoamento Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais, foram certificados 561 instrutores, que já realizaram mais de 7 mil capacitações em vários estados da federação.

Também foram ofertados outros eventos de aprendizagem, como o Café com Debate, seminários e oficinas presenciais e virtuais. A ENAP promoveu a ampliação e adequação da oferta de capacitação de ocupantes de cargo de direção e assessoramento superiores com a capacitação, em 2010, de 2.361 ocupantes de DAS, sendo 546 DAS 1, 477 DAS 2, 562 DAS 3, 510 DAS 4, 186 DAS 5 e 80 DAS 6.

Na área de Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública houve a realização do 15º Prêmio de Inovação na Gestão Pública

Federal (117 experiências válidas, das quais dez serão premiadas) e a coordenação técnica, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do 3º Prêmio Objetivos do Milênio (ODM Brasil), promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Escola também realizou a 2ª Oficina sobre Metodologia de Estudos de Caso com apoio da *School of Policy Studies da Queen's University*.

Foram publicados quatro livros, cinco cadernos ENAP e quatro edições da Revista do Serviço Público, periódico trimestral publicado desde 1937 e indexado conforme as normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além de sistematizar e publicar os referenciais orientadores de sua proposta educacional. Entre os livros, vale destacar a edição brasileira da publicação *Administração pública – Coletânea*, organizada por B. Guy Peters e Jon Pierre.

A ENAP participou da Pesquisa *Em busca de uma nova síntese para a administração pública*, projeto internacional que envolve seis países – Austrália, Brasil, Canadá, Cingapura, Holanda e Reino Unido e busca produzir conhecimento que possibilite avançar a teoria da administração pública e orientar a prática dos dirigentes públicos para o enfrentamento dos desafios do século XXI. Foram elaborados pela equipe brasileira dois estudos de caso (com versões em inglês e em português) para apoiar as discussões das mesas redondas internacionais. Como forma de disseminação das informações, o Café com Debate de 2010 foi organizado como um ciclo de debates em torno da Pesquisa. Foram realizadas também quatro pesquisas relacionadas aos temas da inovação no setor público e capacitação das escolas de Governo. Os resultados desses estudos foram apresentados em eventos internacionais, com destaque para o Congresso do *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo - CLAD* e o encontro do fórum IBAS (grupo de diálogo Índia, Brasil e África do Sul).

Em 2010 foram realizadas 248.775 disseminações, sendo 12.837 empréstimos e pesquisas na biblioteca, 9.938 exemplares impressos vendidos ou distribuídos, além de 226.000 *downloads* de publicações em formato eletrônico.

Planos e projetos concretos para o exercício subsequente

A ENAP pretende capacitar 32.600 servidores em 2011 por meio de atividades presenciais (12.600) e a distância (20.000), dentre as quais se destacam: conclusão da 16ª edição do curso de formação de 102 APO; oferta de 38 cursos de aperfeiçoamento para 1.140 integrantes das carreiras de EPPGG, APO e AFC; formação inicial para novas turmas de EPPGG e APO, caso demandada; finalização dos cursos de Especialização em Gestão Pública (6ª ed.) e em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social; continuação dos cursos de especialização iniciados em 2010 e início dos cursos de Especializa-

ção em Gestão Pública (7ª e 8ª ed.) e em Gestão de Pessoas no Serviço Público (4ª ed.); expansão do Programa de Fortalecimento de Competências em Regulação (em parceria com o PRO-REG) e do Programa de Aperfeiçoamento para Analistas de Infraestrutura.

Devem ter início, também em 2011, as seguintes ações de capacitação: Programa Executivo de Assistência Técnica com o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR) para a área de infraestrutura; Programa de Capacitação das Funções Comissionadas do Poder Executivo; Programa de Desenvolvimento de Gerentes do INSS; Programa de Capacitação a Distância de Gestores de Tecnologia da Informação; Capacitação de Tutores Presenciais para Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Programa de Desenvolvimento de SPOA. Além disso, pretende-se apresentar oferta regular de Oficinas do PPA 2012-2015, Oficinas Modelo Lógico do PPA, Oficinas de Planejamento Estratégico, cursos de catálogo e Programa de Parcerias.

Na cooperação internacional, são objetivos da ENAP em 2011: dar prosseguimento ao projeto Moçambique 1 e formulação do projeto Moçambique 2; subsidiar o projeto de cooperação com o Haiti; formular e iniciar as atividades dos projetos internacionais com Angola e Timor Leste; executar o Programa Piloto de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional e o projeto com a França; iniciar atividades do projeto Eurosocial II, programa de cooperação da União Europeia que tem como objetivo contribuir para o aumento da coesão social com a América Latina; concluir os projetos com o Canadá e com a Espanha; e encerrar os trabalhos da pesquisa “Em Busca de uma Nova Síntese para a Administração Pública”; promover atividades das redes de discussão como EIAPP, Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE), IIAS, CLAD, IMEF e Fundação Centro de Educação à Distância para o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (CEDDET). Para o fórum IBAS, será organizado encontro na ENAP e deverá ser criado um ambiente virtual de aprendizagem.

Serão realizadas, ainda, as seguintes atividades: Concurso Inovação na Gestão Pública Federal; Prêmio ODM-Brasil; consolidação do Sistema Mapa da Oferta de Capacitação; publicação da Revista do Serviço Público; realização de novos estudos de caso; implantação da Casoteca e incorporação ao sítio da ENAP do uso de meios audiovisuais e programas de acessibilidade para deficientes físicos.

1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Escola Nacional de Administração Pública			
Denominação abreviada: ENAP			
Código SIORG: 956	Código LOA: 47210	Código SIAFI: 114702	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Capacitação de Servidores Públicos			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-3103	(061) 2020-3021	(061) 2020-3167
Endereço eletrônico: presidencia@enap.gov.br			
Página da Internet: www.enap.gov.br			
Endereço Postal: SAIS Área 2 A – CEP 70610-900 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.871 de 03 de dezembro de 1980, com alteração da denominação estabelecida pela Lei nº 8.140, de 28 de dezembro de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 6.563, de 11 de setembro de 2008, que aprova o Estatuto da ENAP. Decreto 5.497/05, que trata da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores (DAS). Decreto 5.707/06, que trata da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
114702	ENAP		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
11401	ENAP		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
114702		11401	

2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

A ENAP ratificou em 2010 sua missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas, buscando o enfrentamento dos desafios previstos, quais sejam: consolidar-se como referência na formação de dirigentes; implementar de forma estratégica e inovadora a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP); prospectar e disseminar conceitos e tecnologias inovadoras de gestão de políticas públicas; prospectar, construir e disseminar, interna e externamente, tecnologias educacionais inovadoras; tornar-se escola de governo referência nacional e internacional; e consolidar-se como uma organização de aprendizagem.

As ações realizadas pela Escola inserem-se no Programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública - 0801 e, nesse sentido, foram desenvolvidas e oferecidas diversas oportunidades de capacitação aos servidores, como cursos de curta e longa duração para gerentes; cursos presenciais e a distância; cursos e eventos internacionais orientados para quadros estratégicos; cursos de formação e aperfeiçoamento de carreiras; especializações; seminários e oficinas; além da realização de pesquisas e eventos com o intuito de inovar e irradiar boas práticas na Administração Pública.

Mediante o desenvolvimento de tais produtos, a ENAP objetiva produzir impacto direto na qualidade das ações finalísticas dos órgãos. A capacitação dos servidores públicos é realizada de forma integradora, tendo em conta a especificidade de cada tema, abordando os fundamentos que devem embasar toda ação pública, os quais se situam no campo da ética, da democracia e da justiça social. As ações da ENAP relacionadas ao Programa 0801 no PPA 2008-2011 e suas respectivas relações com as competências regimentais da Escola são: Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública (4066); Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública (6275); Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras (4068); Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública (2A44); Pós-graduação *Lato*

Sensu e Atualização para Servidores (6273); Gestão e Administração do Programa (2272); Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (2004); Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos (20CW); Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (2010); Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados (2012); Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados (2011); Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (4572); e Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (09HB).

Além de desenvolver projetos de cooperação técnica internacional com parceiros tradicionais, como Canadá, França e Espanha, e conduzir parcerias com redes e fóruns de cooperação internacional, como a EIAPP, iniciativa do CLAD, o CEDDET e a CSPS, a ENAP, de forma crescente, tem buscado fortalecer a integração com a política de cooperação brasileira para o desenvolvimento de outros países latinoamericanos e africanos. Em 2010 os intercâmbios da ENAP, particularmente com a África, não somente colaboraram para o fortalecimento do papel do Brasil no cenário internacional (especialmente nas relações Sul-Sul), mas também evidenciaram a necessidade de melhorar sua estrutura e qualificar ainda mais sua atuação, a fim de consolidar-se como um referencial de escola de governo.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

As principais linhas de atuação da ENAP consistem na formação e na qualificação de servidores, com destaque para a elaboração de programas de capacitação e a pesquisa e disseminação de inovação e conhecimento em gestão pública.

Os indicadores do Programa junto ao Plano Plurianual (PPA) atingiram os seguintes resultados no ano de 2010: 206.982 *downloads* realizados no sítio da ENAP, 917.337 horas de capacitação realizadas, 34.332 servidores capacitados com recursos orçamentários próprios e 602 servidores capacitados por meio de destaques orçamentários provenientes de outros órgãos governamentais. As ações descritas são financiadas com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), consignados à Escola na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo os gastos realizados com adequação ao cumprimento dos objetivos propostos para cada Ação.

Em 2010 foi iniciada parceria com a GIZ e a ABC/MRE para a implantação do Programa de Capacitação em Gestão da Cooperação Técnica Internacional.

A ENAP celebrou Termo de Cooperação com o Ministério do Planejamento e o Instituto Federal do Paraná para realizar o Curso Superior de

Tecnologia em Gestão Pública a partir de 2011, com oferta de 30 mil vagas para tecnólogos.

A Escola celebrou o Programa UNITAR. Participam do acordo o Ministério do Planejamento e a ABC/MRE. A parceria tem por objeto implementar ações de cooperação na área de políticas públicas, com foco em capacitação de servidores públicos, desenvolvimento de pesquisas e outras atividades formativas, tais como seminários, simpósios, cursos, estágios e intercâmbio de técnicos. A transferência de tecnologia e novas metodologias educacionais para a ENAP é o principal resultado desta parceria.

O parque de computadores e de audiovisual foi ampliado e renovado integralmente, com especial atenção para laboratórios de informática, salas de aula e a criação de sala de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com modernos recursos educacionais e pedagógicos. Foi instalada rede sem fio e, além disso, a ENAP tornou-se membro da Rede Nacional de Pesquisa, que integra cerca de 600 instituições de ensino e pesquisa no país, beneficiando mais de um milhão de usuários. Esta Rede possibilita o acesso de alta velocidade, além de interligar diversas instituições de ensino e pesquisa.

Também em 2010 foi adotado um plano interno de contas com vistas à implementação de controle orçamentário por centro de custos. O plano interno foi estruturado para possibilitar o planejamento e o acompanhamento do orçamento individualizado por unidade de negócio ou atividade. Combinada com a implantação do plano foi feita uma reformulação no processo de elaboração dos relatórios gerenciais, que resultou em relatórios gerenciais com informações precisas e mais detalhadas, obtidas de forma mais rápida para apoiar a tomada de decisão.

Os desafios enfrentados pela ENAP demandam um maior quantitativo de servidores detentores de experiências e conhecimentos capazes de atender à complexidade e à diversidade das atividades. O ingresso de servidores com um novo perfil deve ser realizado por meio de concursos públicos para um modelo de carreira diferente do existente atualmente. Assim, 38 novos servidores aprovados em concurso público realizado no ano de 2009 tomaram posse em 2010.

A ENAP conta com uma força de trabalho composta de 287 servidores (dez/2010), os quais estão, direta ou indiretamente, envolvidos no atingimento dos objetivos das ações. A Escola não possui professores em seu quadro de pessoal. Estes são contratados conforme a necessidade específica dos eventos de aprendizagem oferecidos, com vistas à qualificação dos quadros do serviço público federal em diversas áreas e temas relevantes para o fortalecimento da capacidade de governo.

Quanto aos recursos materiais, a Escola dispõe de 29 salas de aula, 4 laboratórios de informática, auditório, 4 anfiteatros, parque informatizado, alojamento, restaurante, lanchonete, parque esportivo e diversos materiais e equipa-

mentos de apoio, distribuídos conforme a necessidade de cada ação. Além de efetuar melhorias constantes em sua infraestrutura e em seus processos de trabalho, devem ser destacadas algumas medidas de segurança adotadas, tais como a ampliação do sistema de vigilância eletrônica (CFTV). Outra medida de segurança planejada em 2009 e implementada no início de 2010 foi a contratação de vigilância armada e desarmada.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

Tabela I - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0801		Denominação: Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas						
Objetivos Específicos: Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais.						
Gerente: Helena Kerr do Amaral				Responsável:		
Público Alvo: Servidores da Administração Pública						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Líquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
32.043.857,00	39.076.380,00	34.701.991,61	33.606.140,73	1.095.850,88	33.606.140,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP	31/12/06	101.896	115.000	110.000	226.000
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total dos downloads das seguintes publicações da ENAP: cadernos, livros, revistas, textos para discussão, seminários e catálogo de cursos						
Análise do Resultado Alcançado						
A superação da meta de downloads realizados no sítio da ENAP decorre da política de disponibilização de publicações sobre os temas de gestão e políticas públicas no sítio. Merecem destaque o acesso aos artigos da Revista do Serviço Público, aos capítulos das Coletâneas de Políticas Públicas e de Planejamento e Orçamento, Livros e os Cadernos da Enap. Além de todas as publicações que tratam de temas associados a gestão e políticas públicas utilizados não apenas pelos servidores públicos do executivo federal, mas também por aqueles que atuam em outras esferas de governo e por outras escolas que atuam na formação em administração pública, destacam-se também as publicações que abordaram os temas da capacitação e da gestão de pessoas, ampliando assim o número de textos que foram consultados e copiados do sítio da Escola.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Horas de Capacitação Realizadas	31/12/06	576.047	570.000	540.000	1.039.036
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total da carga horária realizada por participantes dos eventos de aprendizagem durante o ano						
Análise do Resultado Alcançado						
O resultado deste indicador engloba atividades com cargas horárias variadas, incluindo as Especializações (360 horas ou mais). O resultado está diretamente relacionado ao resultado do indicador "número de servidores capacitados".						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número de Servidores Capacitados	31/12/06	20.379	21.500	21.000	36.755
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem durante o ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
A capacitação de 36.755 servidores no Programa de Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública, aproximadamente 184% da meta física prevista, reflete o investimento da Escola na ampliação da sua oferta de capacitação à luz da necessidade de apoiar as ações governamentais para a melhoria da gestão pública. Esta ampliação se deu em escala nacional, pela maior oferta de cursos gratuitos a distância e pelo aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Também foram promovidos eventos e projetos especiais voltados à capacitação de dirigentes, em atendimento aos Decretos 5.497/05 e 5.707/06 que tratam da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores - DAS e da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Número de Servidores	31/12/06	2.230	2.300	2.300	2.342
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem realizados por meio de destaques orçamentários durante o ano						
Análise do Resultado Alcançado						
Houve correto dimensionamento da utilização de destaques orçamentários na programação de capacitação da Escola.						

Fonte: SIAFI e SIGPlan

Em 2010 houve bloqueio de créditos consignados à ENAP na LOA 2010, no grupo de Outras Despesas Correntes, do Programa 0801, da ordem de 7,5% da dotação orçamentária total do Programa. A execução orçamentária foi de 96% dos créditos efetivamente liberados para utilização.

Devido às regras impostas pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do exercício de 2010 (Dec. 7.094/10 e suas alterações), as liberações orçamentárias foram controladas através de cotas periódicas, ocorrendo maior liberação ao final do ano, em período insuficiente para a definição/realização de contratações que permitissem a melhor utilização dos créditos do exercício.

Neste sentido, destaca-se, principalmente, a impossibilidade de celebração de contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação (desenvolvimento de softwares; fornecimento e administração de banco de dados; modernização de plataforma de ensino a distância e, ainda, algumas aquisições de equipamentos), que permitiriam maior qualidade e agilidade aos serviços prestados pela Escola.

Tabela II - Execução Física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	301	0801	2004	A	3	unidade	91	85	90
04	301	0801	20CW	A	3	unidade	121	131	121
04	365	0801	2010	A	3	unidade	21	11	11
04	306	0801	2012	A	3	unidade	218	179	180
04	331	0801	2011	A	3	unidade	158	136	136
04	128	0801	4572	A	3	unidade	200	388	200
04	122	0801	09HB	OP	3	unidade	-	-	-
04	128	0801	4066	A	3	unidade	29.000	34.325	33.000
04	128	0801	4068	A	3	unidade	1.050	933	1.240
04	122	0801	2272	A	3	unidade	-	-	-
04	128	0801	2A44	A	3	unidade	23	40	49
04	573	0801	6275	A	3	unidade	209.000	248.775	209.000
04	128	0801	6273	A	3	unidade	390	759	150

Fonte: SIAFI e SIGPlan

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A meta desta ação tem alto grau de incerteza uma vez que depende da adesão voluntária dos servidores ao plano de saúde. Um fator que contribuiu para o não atingimento da meta foi o ingresso menor do que o previsto de servidores do concurso realizado em 2009, com ingresso a partir de fevereiro de 2010 .

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

A realização dos exames periódicos depende de diversos fatores, tais como a faixa etária dos servidores, se são ou não associados ao plano de saúde oferecido pela ENAP, se o servidor tem exames recentes para apresentar, etc. Dessa forma, o cálculo da meta se torna bastante incerto. Esta meta foi ultrapassada, em parte, devido à mudança de faixa etária de alguns servidores, não considerada na previsão original da meta.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A meta desta ação foi superestimada considerando a entrada, em 2010, de todos os servidores aprovados no concurso realizado em 2009, o que efetivamente não ocorreu. Deve-se considerar a dificuldade de estimar a quantidade de dependentes dos futuros servidores.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

A previsão desta meta foi superestimada. Um dos fatores que contribuiu para isso foi considerar o ingresso, em 2010, de todos os aprovados no concurso realizado em 2009, o que efetivamente não ocorreu.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

A previsão da meta desta ação considerou o ingresso, em 2010, de todos os aprovados no concurso realizado em 2009, e que entre aqueles admitidos em 2010 haveria uma demanda maior por este auxílio, o que efetivamente não ocorreu.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Esta ação superou a meta prevista devido à grande adesão dos servidores ao Programa de Educação de Jovens e Adultos destinado aos servidores que não concluíram a Educação Básica (ensino fundamental e médio) e principalmente às Oficinas de Avaliadores e Avaliados, atividade de interesse de toda a escola que foi programada depois que a meta da ação já estava estabelecida.

Ação 4066 - Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública

A ação, que teve como meta 29.000 capacitações em 2010, foi cumprida e superada pela Enap em 18%, com a realização de 34.325 capacitações.

Essa superação é resultado da estruturação de programas de capacitação alinhados às necessidades de desenvolvimento de pessoas nas instituições demandantes. Isso implicou aumento de atendimento a demandas institucionais, o que contribuiu para a redução dos índices de evasão em cursos. Somou-se ainda a isso, a parceria com os diferentes órgãos para a formação de servidores recém empossados.

Além disso, os crescentes investimentos da Escola na qualificação e profissionalização de suas equipes resultaram em melhorias na gestão dos eventos de aprendizagem, possibilitando acompanhamento mais próximo das turmas. A ampliação do uso de tecnologias de informação e de comunicação favoreceu também a superação da meta, à medida em que consolida a ENAP como o órgão de referência no desenvolvimento de recursos humanos do governo federal.

Ação 4068 - Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

Programa	Concluintes
PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PARA CARREIRAS – 2010	831
CURSO DE FORMAÇÃO PARA A CARREIRA DE EPPGG – 15ª EDIÇÃO	102
CURSO DE FORMAÇÃO PARA O CARGO DE APO – 16ª EDIÇÃO	00
TOTAL	933

O quadro acima demonstra que a Coordenação Geral de Formação alcançou 88,86% da meta do PPA – 2010 para a ação sob sua responsabilidade.

Duas foram as principais razões principais para o não cumprimento da meta:

- O curso de Formação para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) – 16ª edição não foi finalizado em 2010 conforme planejado, em função do adiamento do cronograma do concurso. Contudo, cabe ressaltar que a maior parte do esforço de execução do curso foi realizada no ano de 2010, o que representa 64,8% da carga horária total para as duas turmas.
- Ocorrências de desistências de alunos matriculados nos cursos oferecidos no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras, em geral, por motivo da interposição de outros compromissos profissionais. Foram ofertadas 1.120 vagas, sendo 831 efetivamente aproveitadas.

Com a implementação das atividades mencionadas no quadro acima, a Coordenação Geral de Formação cumpriu sua missão de contribuir para o desenvolvimento profissional das carreiras do ciclo de gestão governamental, notadamente EPPGG, APO e AFC propiciando, também, o cumprimento do requisito para promoção dos EPPGG; bem como, realizando os cursos de formação inicial, segunda etapa dos concursos para EPPGG e APO, em estrito cumprimento dos respectivos editais.

2A44 - Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública

Para o ano de 2010 a meta era de 23 eventos realizados com ônus, porém, foram realizados 40 eventos. A meta proposta no PPA foi concebida em 2007. Desde então, a Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) da ENAP passou por uma reestruturação e teve sua equipe ampliada. Devido ao sucesso das iniciativas anteriores, nesse período a Escola conseguiu negociar a ampliação dos projetos de cooperação técnica internacional (CTI) existentes, bem como obter a aprovação de novos projetos. Além disso, houve uma melhoria da capacidade de gestão, possibilitando realizar mais atividades que o previsto com o mesmo orçamento.

A CTI entre a ENAP e instituições internacionais de excelência em gestão pública proporciona o fortalecimento institucional da Escola, por meio da capacitação de seu quadro técnico, da apreensão de conhecimentos de ponta em gestão pública, da aplicação e conhecimento de novas metodologias e tecnologias inovadoras nas áreas de ensino presencial e a distância. Os projetos contribuem de forma expressiva na formação e capacitação de dirigentes, gerentes estratégicos e servidores públicos em temas relativos à melhoria da implementação e gestão de políticas públicas. Os cursos, eventos e oportunidades de capacitação, no Brasil e no exterior, favorecem a qualificação profissional, a melhoria e inovação de práticas e o incremento da eficácia da Administração Pública.

Em especial, dois novos conjuntos de atividades, não previstos em 2007, foram iniciados em 2010. O primeiro diz respeito a uma parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); o segundo se relaciona à participação da ENAP na pesquisa Nova Síntese, que envolveu cinco parceiros internacionais e produziu sete eventos com ônus para ENAP não previstos. Também não estavam previstos gastos com delegações recebidas, responsáveis por quatro ações em 2010. Outras atividades ocorreram nos projetos com a Espanha e com o Canadá.

Por outro lado, houve dificuldades com o início do projeto com Moçambique tendo em vista vários ajustes nos acordos, o que poderá gerar a concentração de atividades futuras.

Por fim, a ampliação das ações da ENAP com a ABC provocaram um aumento de demandas recebidas, que contam, em grande medida, com apoio financeiro daquela Agência e contrapartida da ENAP por meio de sua infra-estrutura.

Ação 6275 - Pesquisa e Disseminação de Inovação e Conhecimento em Gestão Pública

A singularidade de algumas obras que a ENAP vêm publicando nos últimos anos tem fortalecido sua posição de referência em temas da administração pública. A adoção por universidades e concursos públicos de livros da ENAP, como as Coletâneas de Políticas Públicas e de Planejamento e Orçamento, a sua disponibilização para download, juntamente com a Revista do Serviço Público, tiveram impacto no número de acessos. Além disso, os novos títulos que tratam da Diversidade, Escolas de Governo e a Coletânea de Administração Pública atraíram público maior que o esperado. A frequente atualização do site e as adequações e melhoria da acessibilidade dos usuários fortaleceu o veículo como ferramenta de relacionamento, influenciando o aumento do número de acesso a downloads.

Ação 6273 - Pós-Graduação Lato Sensu e Atualização para Servidores

No ano de 2010 foram realizadas e concluídas as atividades de pós-graduação *lato sensu* previstas no Planejamento Estratégico da ENAP para o período. Foram concluídos dois cursos (Especialização em Gestão Pública para Servidores que Atuam na Área de Processo Orçamentário e Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público - 2ª edição), sendo certificados 52 servidores com o título de especialistas. Ademais, foi continuado o Curso de Especialização em Gestão Pública que estava em andamento, e iniciados outros três. Por fim, houve o lançamento de publicação com a experiência do curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público.

Em relação aos cursos de Atualização para servidores, em função do seu caráter particular, que visa “oferecer um atendimento customizado às demandas dos órgãos públicos...”, há muita dificuldade em estimar as metas físicas com precisão. Isto porque, atividades não planejadas, que visam atender a demandas estratégicas e muitas vezes, emergenciais, do Governo Federal, são atendidas nesta Ação. Para exemplificar atividades desta natureza, no mês de julho de 2010, foi estimado o número de 10 concluintes e alcançado 274, sendo 200 destes capacitados oriundos de um projeto desenvolvido, em caráter emergencial, para o Ministério do Planejamento/Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Apesar de superar as metas físicas previstas para o ano de 2010, o montante de créditos orçamentários disponíveis na ação foi suficiente para cobrir as despesas das atividades realizadas. Este fato é explicado pelas características destas atividades, de grande volume de atendimento e baixo valor orçamen-

tário, tendo em conta que, a maioria delas contou com seus servidores como docentes e, portanto, não oneram o orçamento da atividade neste item, fato que diminui significativamente o custo médio por participante.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	47210	114702

Tabela III - Identificação da Unidade Orçamentária (UO)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	12.211.012,00	15.949.513,00	-	-	17.805.000,00	17.384.872,00	
	PLOA	12.222.540,00	15.929.245,00	-	-	17.805.000,00	17.384.872,00	
	LOA	12.222.540,00	15.929.245,00	-	-	14.119.673,00	17.384.872,00	
CRÉDITOS	Suplementares	4.231.731,00	3.134.000,00	-	-	244.000,00	340.723,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	2.601,00	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	4.122.000,00
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	45,00	-	-	-	79.200,00	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		16.454.271,00	19.063.200,00	-	-	14.366.274,00	21.768.395,00	

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Tabela IV - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	845.000,00	1.124.000,00	-	-	-	-
	PLOA	845.000,00	1.124.000,00	-	-	-	-
	LOA	845.000,00	1.124.000,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	150.000,00	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		995.000,00	1.124.000,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Tabela V - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	17.805.000,00	17.384.872,00	845.000,00	1.124.000,00	-	-
	PLOA	17.805.000,00	17.384.872,00	845.000,00	1.124.000,00	-	-
	LOA	14.119.673,00	17.384.872,00	845.000,00	1.124.000,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	244.000,00	340.723,00	150.000,00	1.124.000,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	4.122.000,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	79.200,00	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		14.366.274,00	21.768.395,00	995.000,00	1.124.000,00	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Tabela VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	201002	04128080162730001	-	-	8.560,00
	Recebidos	201002	04121080245050001	-	-	27.486,00
		201002	04122075020000001	90.138,24	-	1.592.557,38
		170011	04122079422720001	-	-	3.036,00
		201002	04122105422720001	-	-	912,00
		201002	04126800285160001	-	-	270.960,00
		201002	04128100345720001	-	-	80.709,00
		201002	04128105426550001	-	-	8.160,00
		201002	04122075009HB0001	153.414,45	-	-
		201002	0412210882D330001	-	-	6.720,00
		201002	0412810542D320001	-	-	93.769,39

		201002	04331105420D 30001	-	-	7.846,38
Movimentação Externa	Concedidos	154040	041280801406 80001	-	-	32.020,00
		090032	288460901000 50001	3.378,00	-	-
		090032	28846090100G 50001	454,00	-	-
	Recebidos	110322	041220641227 20001	-	-	5.448,00
		240005	072120683253 30001	-	-	120.240,00
		510002	091280087457 20001	-	-	38.520,00
		200016	141220750200 00001	-	-	19.440,00
		280102	221220411227 20001	-	-	9.600,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou reecedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Análise crítica

As movimentações concedidas totalizaram R\$ 44.412,00, sendo R\$ 3.832,00 no grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, e R\$ 40.580,00 no grupo Outras Despesas Correntes.

A primeira movimentação se deu através de lançamento feito pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), quando da liberação da dotação orçamentária para o exercício, em favor da Secretaria do TRF 1ª Região – Orçamentária, para custeio de despesas com pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatório).

As outras concessões foram: em favor da Fundação Universidade de Brasília (FUB), através da 2010NC000001, no valor de R\$ 32.020,00 destinados à prestação de serviços técnicos especializados em ensino a distância, em plataforma moodle, para subsidiar a interação entre alunos dos cursos de formação para carreiras; e em favor da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOA/SE/MP), através da 2010NC000004, no valor de R\$ 8.560,00, para custeio de despesas com deslocamento oficial de dirigentes públicos de países ibero americanos, por ocasião da realização do curso de Avaliação de Programas Sociais.

As movimentações recebidas totalizaram R\$ 2.528.956,84, oriundas de diversas entidades da Administração Pública Federal, destinadas ao custeio de diversas despesas inerentes a eventos de capacitação/formação realizados pela ENAP.

Do montante recebido, destaca-se o valor de R\$ 1.265.823,36, equivalente a 50,1% do total movimentado, destinados ao pagamento, na modalidade Transferência ao Exterior, ao Instituto das Nações Unidas para Treinamento e

Pesquisa (UNITAR), incumbido da execução de ações do Programa Executivo do Acordo Básico de Assistência Técnica entre a Organização das Nações Unidas, incluindo suas Agências Especializadas, e a República Federativa do Brasil para implementar Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas Públicas. Tal Programa Executivo tem natureza de ajuste complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica, celebrado entre a República Federativa do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 11/1966 e promulgado por meio do Decreto Presidencial nº 59.308/1966.

O montante das movimentações recebidas representa 11% da dotação orçamentária total aprovada no grupo Outras Despesas Correntes e de Capital.

Tabela VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	74.275,28		74.275,28	
Concorrência	220.537,20	253.557,89	220.537,20	253.557,89
Pregão	4.418.510,89	6.593.314,93	3.746.409,04	5.677.917,15
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	1.505.456,19	967.350,15	1.469.342,84	912.634,65
Inexigibilidade	3.066.575,87	3.446.062,62	2.983.472,15	3.365.737,10
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	9.497,14	1.990,00	9.497,14	1.990,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	17.186.252,19	20.316.363,71	17.186.252,19	20.286.719,30
Diárias	105.564,97	133.736,88	105.564,97	133.736,88
Outros	4.025.825,68	5.853.328,53	3.972.623,94	5.837.560,86

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Observações:

1) Em 2009, houve execução de créditos concedidos de R\$ 24.840 no Grupo Outras Despesas Correntes e R\$ 11.259,00 no Grupo Pessoal e Encargos Sociais, na modalidade “Não Aplicável”;

2) Em 2010, houve execução de créditos concedidos de R\$ 36.220 no Grupo Outras Despesas Correntes, sendo R\$ 27.660 na modalidade “Não Aplicável” e R\$ 8.560 na modalidade “Pregão”, e, R\$ 3.377,61 no Grupo Pessoal e Encargos Sociais, na modalidade “Não Aplicável”;

Tabela VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	939.558,07	1.091.789,83	939.558,07	1.091.789,83	324.986,67	447.216,99	614.571,40	644.572,84
1º elemento de despesa – 449052	939.558,07	1.059.384,83	939.558,07	1.059.384,83	324.986,67	414.811,99	614.571,40	644.572,84
2º elemento de despesa – 449039	0	32.405,00	0	32.405,00	0	32.405,00	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Em 2010 houve bloqueio de créditos consignados à ENAP, na LOA 2010, por força do disposto no Decreto 7.094/10 e suas alterações.

O bloqueio se deu nos créditos consignados ao grupo Outras Despesas Correntes, correspondendo a 13,4% da dotação aprovada para este grupo e a 6,9% da dotação orçamentária total da Escola.

Assim, a execução orçamentária da ENAP foi da ordem de 96,3% dos créditos efetivamente liberados para utilização.

Devido às regras impostas pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do exercício de 2010 (Dec. 7.094 e suas alterações), as liberações orçamentárias foram controladas através de cotas periódicas, ocorrendo maior liberação ao final do ano, em período insuficiente para a definição/realização de contratações que permitissem a melhor utilização dos créditos do exercício.

Neste sentido, destaca-se, principalmente, a impossibilidade de celebração de contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação (desenvolvimento de softwares; fornecimento e administração de banco de dados; modernização de plataforma de ensino a distancia e, ainda, algumas aquisições de equipamentos), que permitiriam maior qualidade e agilidade aos serviços prestados pela Escola.

Tabela IX - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	83.912,35	3.485,40	83.912,35	3.485,40
Concorrência	18.060,50	-	18.060,50	-
Pregão	35.143,69	69.769,39	35.143,69	69.769,39
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	525.888,00	492.975,00	495.888,00	405.300,00
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	133.898,88	-	133.898,88
Diárias	-	-	-	-
Outras	218.693,60	1.719.174,36	218.693,60	1.701.639,36

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Obs.: RP inscrito em 2009 de R\$ 30.000,00 e em 2010 de R\$ 105.210,00.

Tabela X - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	133.898,88	-	133.898,88	-	-	-	133.898,88
1º elemento de despesa – 319113	-	73.405,05	-	73.405,05	-	-	-	73.405,05
2º elemento de despesa – 319096	-	60.493,83	-	60.493,83	-	-	-	60.493,83
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	881.698,14	2.285.404,15	881.698,14	2.285.404,15	30.000,00	105.210,00	851.698,14	2.180.194,15
1º elemento de despesa – 338039	-	1.265.823,36	-	1.265.823,36	-	-	-	1.265.823,36
2º elemento de despesa – 339036	625.708,00	788.605,00	625.708,00	788.605,00	30.000,00	87.675,00	595.708,00	700.930,00
3º elemento de despesa – 339147	118.873,60	157.721,00	118.873,60	157.721,00	-	17.535,00	118.873,60	140.186,00
Demais elementos do grupo	137.116,54	73.254,79	137.116,54	73.254,79	-	-	137.116,54	73.254,79

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

As movimentações recebidas totalizaram R\$ 2.528.956,84, oriundas de diversas entidades da Administração Pública Federal, destinadas ao custeio de diversas despesas inerentes a eventos de capacitação/formação realizados pela ENAP, despesas com pessoal e encargos sociais e pagamento de despesa na modalidade “transferência ao exterior”.

Do montante recebido, destaca-se o valor de R\$ 1.265.823,36, equivalente a 50,1% do total movimentado, destinado ao pagamento, na modalidade

Transferência ao Exterior, ao Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR).

Tal Programa Executivo tem natureza de ajuste complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica, celebrado entre a República Federativa do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 11/1966 e promulgado por meio do Decreto Presidencial nº 59.308/1966.

Para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais foi recebido o valor de R\$ 243.552,69, tendo em vista necessidade de ajuste da dotação orçamentária desse grupo de despesas em virtude da impossibilidade de operacionalização de crédito orçamentário suplementar.

O montante das movimentações recebidas representa 6% da dotação orçamentária consignada à ENAP na LOA 2010.

Tabela XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / SIAFI GERENCIAL

Obs.: Não houve movimentação de despesas de Capital nos anos de 2009 e 2010.

As movimentações recebidas totalizaram R\$ 2.528.956,84, oriundas de diversas entidades da Administração Pública Federal, destinadas ao custeio de diversas despesas inerentes a eventos de capacitação/formação realizados pela ENAP, despesas com pessoal e encargos sociais e pagamento de despesa na modalidade “transferência ao exterior”.

Do montante recebido, destaca-se o valor de R\$ 1.265.823,36, equivalente a 50,1% do total movimentado, destinado ao pagamento, na modalidade Transferência ao Exterior, ao Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR).

Tal Programa Executivo tem natureza de ajuste complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica, celebrado entre a República Federativa do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais, aprovado

pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 11/1966 e promulgado por meio do Decreto Presidencial nº 59.308/1966.

Para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais foi recebido o valor de R\$ 243.552,69, tendo em vista necessidade de ajuste da dotação orçamentária desse grupo de despesas em virtude da impossibilidade de operacionalização de crédito orçamentário suplementar.

O montante das movimentações recebidas representa 6% da dotação orçamentária consignada à ENAP na LOA 2010.

3. Movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela XII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	11.707,07	0,00	11.707,07	0,00
2008	54.170,61	21.348,14	32.822,47	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	862.813,59	83.690,28	779.123,31	0,00
2008	1.017.857,56	37.762,07	980.095,49	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

4. Recursos Humanos

**Tabela XIII - Composição do Quadro de Recursos Humanos -
Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	210	202	51	15
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	182	51	13
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	137	37	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	19	6	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	26	8	6
1.3 Servidores com Contratos Temporários	5	1	-	2
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	19	-	-
1.4.1 Cedidos	-	15	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	2	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	124	120	11	10
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	80	79	24	21
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	17	05	04
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	15	05	05
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	15	02	01
2.2.4 Sem vínculo	-	32	12	11
2.2.5 Aposentado	-	1	-	-
2.3 Funções gratificadas	44	41	08	09
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	41	08	08
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	01
3 Total		363		

Fonte: SIAPE

**Tabela XIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária -
Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	21	33	37	47	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	21	30	29	40	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	1	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	2	8	7	2
2. Provimento de cargo em comissão	15	25	33	37	10
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	25	22	14	3
2.3. Funções gratificadas	-	-	11	23	7

Fonte: SIAPE

Tabela XV - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	-	1	17	11	50	66	27	26	5	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	17	11	45	56	23	25	4	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	5	11	3	1	-	
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	6	7	37	32	14	19	4	
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	14	30	12	19	4	
2.3. Funções gratificadas	-	1	6	7	23	3	1	-	-	

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Tabela XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	20	
1.1 Voluntária	13	
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	7	
1.4 Outras		
2 Proporcional	32	
2.1 Voluntária	28	
2.2 Compulsório	2	
2.3 Invalidez Permanente	2	
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

Tabela XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	1	-
2. Proporcional	8	1

Fonte: SIAPE

Tabela XVIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	42	41	41	46	257.478,12
• Área Fim	9	12	10	12	62.457,16
• Área Meio	33	29	31	34	195.020,96
Nível Médio	2	3	4	3	13.497,66
• Área Fim	0	0	0	0	0
• Área Meio	2	3	4	3	13.497,66

Fonte: SIAPE

Tabela XIX - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	1.399.985,16	-	-	-	-	1660	-	1.401.645,16
2009	1.541.791,96	-	214.950,49	-	-	415	-	1.757.157,45
2010	2.279.210,37	-	242.840,02	-	-	2.506,90	-	2.524.557,29
Servidores com Contratos Temporários								
2008	247.611,07	-	-	-	-	-	-	247.611,07
2009	122.599,08	-	-	-	-	-	-	122.599,08
2010	247.611,07	-	-	-	-	-	-	247.611,07
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	405.503,17	-	224.903,72	-	-	-	-	630.406,89
2010	475.479,09	-	259.871,26	-	-	-	-	735.350,35
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	286.299,60	-	2.415.804,37	-	-	-	-	2.702.103,97
2009	719.333,90	-	1.597.227,32	-	-	-	-	2.316.561,22
2010	785.206,25	-	1.454.798,86	-	-	-	-	2.240.005,11
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	678.496,80	-	-	-	-	683.972,20	-	1.362.469,00
2009	998.951,01	-	-	-	-	1.387.112,63	-	2.386.063,64
2010	992.306,40	-	-	-	-	1.404.499,23	-	2.396.805,63

Fonte: SIAPE

Tabela XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA															
UG/Gestão: 11401						CNPJ: 00.627.612/0001-09									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	Contrato 03/2010	00.087.163/0001-53	12/1/10	11/1/11				P					P
2010	V	O	Contrato 12/2003	09.459.901/0001-10	22/2/10	21/2/11				P					P
Observação:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Comprasnet

Tabela XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Nome: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA															
UG/Gestão: 11401						CNPJ: 00.627.612/0001-09									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	4	O	Contrato 37/2009	26.972.885/0001-84	16/12/10	15/12/11				P					P
2008	7	O	Contrato 01/2008	38.062.485/0001-10	10/1/11	9/1/12				P					P
2010	7	O	Contrato 29/2010	03.873.406/0001-77	1/9/10	31/8/11				P					A
2008	7	O	Contrato 29/2008	32.913.188/0001-55	4/9/10	3/9/11				P					P
2008	7	O	Contrato 39/2008	02.895.841/0001-30	30/12/10	29/12/11				P					P
2010	1	O	Contrato 26/2010	09.267.699/0001-25	10/6/10	9/6/11				P					A
Observação:															
LEGENDA															
Área:															
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;															
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis															
3. Serviços de Copa e Cozinha;															
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;															
5. Serviços de Brigada de Incêndio;															
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7. Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada															

Fonte: Comprasnet

Tabela XXII - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Contrato 37/2009	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	02	Coordenação Geral de Administração
Contrato 01/2008	Outras	04	Coordenação Geral de Administração
Contrato 29/2010	Outras	06	Coordenação Geral de Administração
Contrato 29/2008	Outras	02	Coordenação Geral de Administração
Contrato 39/2008	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	19	Coordenação Geral de Administração
Contrato 26/2010	Apoio Administrativo Técnico e Operacional	04	Coordenação Geral de Administração
Contrato 03/2009	Higiene e Limpeza	44	Coordenação Geral de Secretaria Escolar e Logística de Eventos
Contrato 12/2010	Vigilância Ostensiva	24	Coordenação Geral de Administração
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;			7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			8. Vigilância Ostensiva;
			9. Outras.

Fonte: Comprasnet

5. Transferências

Tabela XXIII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Escola Nacional de Administração Pública									
CNPJ: 00.627.612.001.09					UG/GESTÃO: 114702				
Informações sobre as transferências									
Modal.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4		00.038.174 /0001-43	32.020,00	-	32.020,00	32.020,00	23/07/10	31/12/10	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e Processo nº 04600.002111/2010-22

Tabela XXIV - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	1	1	-	24.840,00	32.020,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	1	1	-	24.840,00	32.020,00

Fonte: SIAFI

Tabela XXV - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-

Tabela XXVI - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	


Tabela XXVII - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			-	-
		Montante repassado (R\$)			-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)			-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-			
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado		-	-			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado		-	-	

6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e SICONV

Anexo I



7. Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Anexo II

8. Sistema de controle interno

Tabela XXVIII - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações permeia todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. Sustentabilidade ambiental

Tabela XXIX - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					

10. Gestão do patrimônio imobiliário

Tabela XXX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado R\$	Imóvel R\$	Instalações R\$
1147 02	9701.17143 .500-3	15	Bom	163.575,26	22/6/04	260.000,00	0,00	0,00
1147 02	9701.17142 .500-8	15	Bom	313.751,15	22/6/04	620.000,00	0,00	0,00
1147 02	9701.21512 .500-4	21	Bom	8.677.049,98	Não houve	8.677.049,98	607.548,63	2.633.215,63
Total							607.548,63	2.633.215,63

Fonte: Spiunet e SIAFI

11. Gestão de tecnologia da informação (TI)

Tabela XXXI - Gestão de TI

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
	12				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
	60 %				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12. Utilização de cartões de pagamento do governo federal

Código da UG:	114702	Limite de Utilização da UG: RS 30.000,00		
Portador	CPF	Limite Individual (RS)	Valor	
			Saque (RS)	Fatura (RS)
CELIO LUCIO DO AMARAL	985.671.41-68	3.900,00	800,00	3.100,00
EDNO ARGUELLO PERDOMO	104.993.501-20	3.900,00	800,00	3.100,00
GILMAR INACIO DA SILVA	185.283.921-04	6.900,00	800,00	6.100,00
Total utilizado pela UG			2.400,00	12.300,00
Total utilizado pela UJ			2.400,00	12.300,00

FONTE: Sistema de Controle de Cartão de Crédito Corporativo do Banco do Brasil

Exercícios	Saque		Fatura	
	Quantidade	Valor (a) (RS)	Quantidade (RS)	Valor (b) (RS)
2009	3	1.513,00	14	8.134,14
2010	1	600,00	2	1.286,86
2011	0	0	0	0

FONTE: SIAFI

OBSERVAÇÃO: A despesa registrada na conta 1.9.2.4.1.02.09 SUPRIMENTOS DE FUNDOS, no Vir. R\$ 1.990,00, diverge da despesa registrada na conta 1.9.9.1.1.06.00, no Vir. de R\$ 1.286,86, em razão da não efetivação de baixa de responsabilidade do suprido, na conta contábil 1.9.9.1.1.06.00, no montante de R\$ 713,10, soma do ao ajuste de R\$ 10,00 realizado por meio da 2010NL001793.

13. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

Tabela XXXII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP					956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Não se aplica					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Síntese da providência adotada:					
Não se aplica					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Tabela XXXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP					956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Não se aplica					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Tabela XXXIV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Não se aplica			Não se aplica
Descrição da Recomendação:			
Não se aplica			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Não se aplica			Não se aplica
Síntese da providência adotada:			
Não se aplica			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Tabela XXXV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Não se aplica			Não se aplica
Descrição da Recomendação:			
Não se aplica			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Não se aplica			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Não se aplica			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

14. Recomendações realizadas pela unidade de controle interno

A unidade de controle interno da Fundação Escola de Serviço Público – Audin/ENAP cumpriu integralmente o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado pela Controladoria Geral da União – CGU para execução durante o exercício de 2010 – PAINT/2010.

Nove relatórios de auditoria foram produzidos durante o desenvolvimento dos trabalhos, dando origem a trinta e duas recomendações.

Sem qualquer exceção, os relatórios foram acolhidos pela Direção do Órgão e as recomendações acatadas e referendadas às Unidades da Escola.

Cabe notar, entretanto, que nem todas as recomendações apresentadas são passíveis de aplicação imediata, ou seja, algumas das propostas serão aplicáveis apenas quando tiverem lugar ações e circunstâncias equivalentes àquelas motivadoras dos relatórios de que tais propostas fizeram parte.

Diante do exposto, é adequado concluir que a ENAP valoriza e apoia as ações de sua unidade de controle interno.

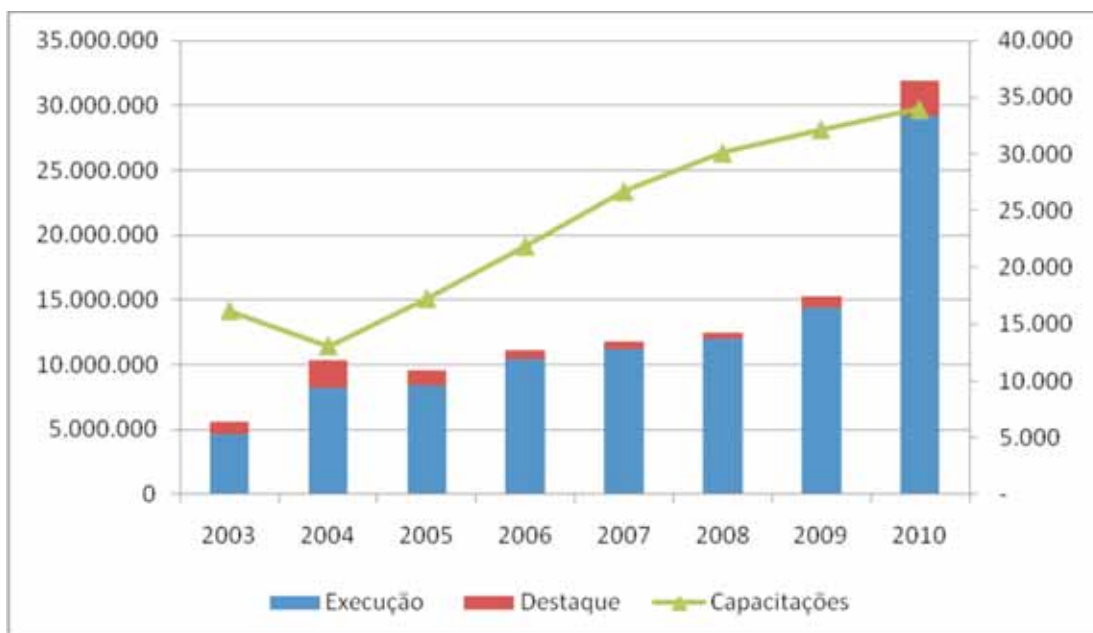
15. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Não há.

16. Resultados e conclusões

As atividades da ENAP visam ao fortalecimento da função capacitação de servidores na Administração Pública Federal. Isso se deu com ênfase na formação de dirigentes capazes de contribuir para o aumento da capacidade de governo, para criar ambientes propícios à inovação em suas organizações, para melhorar o pacto federativo e para a permanente melhoria do ciclo de gestão de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação), visando consolidar a governança democrática no Brasil.

Destaca-se o crescimento constante da capacitação realizada pela ENAP, sempre com o apoio do Ministério do Planejamento ao assegurar orçamento para estas ações. A Escola aumentou o número de capacitações anuais realizadas de 16 mil em 2003 para mais de 34 mil em 2010.



O crescimento da oferta de capacitações foi acompanhado por inovações nos conteúdos e nas metodologias de ensino adotadas, com ênfase para o crescimento da oferta a distância (em 2010 foram mais de 25 mil capacitações somente na modalidade a distância). Visando capacitar instituições e não apenas indivíduos, a ENAP passou a orientar ministérios na definição de planos de capacitação por competências, ofertando programas e trilhas de aprendizagem.

A profissionalização de servidores se deu tanto por ofertas para carreiras como por programas de desenvolvimento de competências de direção para formação das atuais e das potenciais lideranças da administração pública federal.

O diálogo nacional e internacional foi chave para o sucesso dessa estratégia. A ENAP realizou em 2010 o VIII Encontro Nacional de Escolas de Governo. A Rede Nacional de Escolas de Governo conta atualmente com mais de 170 escolas participantes e com um sistema de informações sobre suas ofertas de cursos, metodologias, infraestrutura e professores.

A ENAP aprofundou também o diálogo com universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. No diálogo internacional foi capaz de buscar inspiração para a oferta de conteúdos críticos para o desenvolvimento de servidores capazes de servir e contribuir para a redução de desigualdades e para a inclusão social no País, com crescimento sustentável. Neste diálogo internacional, contribuimos para a criação da EIAPP. Também realizamos diálogo produtivo com escolas de governo da África do Sul e da Índia. A experiência da ENAP com o fortalecimento institucional de escolas de governo no Brasil permitiu realizar cooperação para o Ministério da Função Pública de Moçambique, que deverá se estender para outros países africanos de língua portuguesa e para a América Latina. Incentivamos inovações no serviço público e atraímos mais dirigentes públicos para a capacitação, assegurando espaços de troca de experiências entre pares, essencial para sua atuação.

O Programa de Parcerias foi idealizado como uma estratégia de descentralização e difusão dos cursos de educação continuada da ENAP, com vistas a ampliar sua atuação em território nacional e permitir que servidores lotados nas demais unidades da federação participem gratuitamente de seus cursos regulares. Atualmente a ENAP mantém parcerias com 13 centros de capacitação e escolas de governo federais, estaduais e municipais nas cinco regiões do País. Ainda como parte do Programa de Parcerias, a ENAP realiza capacitação regular dos facilitadores de aprendizagem atuantes nas instituições parceiras.

Essas prioridades resultaram em aumento do número de horas de capacitação e de servidores atendidos. Isso é reflexo da oferta de programas de desenvolvimento institucional e dos programas de especialização reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Para alcançar esses resultados, foram necessários também investimentos na gestão interna, sobretudo em novas tecnologias de informação e comunicação e na atração e retenção de servidores para o quadro da Escola. Em 2010 tomaram posse 38 novos servidores aprovados em concurso público. Além dos servidores concursados de nível superior, a ENAP atrai servidores das carreiras do ciclo de gestão, aumentou o número de mestres e doutores em seu quadro e investiu intensivamente na capacitação interna.

Anexos



Anexo I
Declaração sobre informações no SIASG

Brasília, 02 de março de 2011.

DECLARAÇÃO

Em atenção ao item 13, anexo A, da Decisão Normativa TCU nº100, de 07 de outubro de 2009, declaramos que conforme preceitua o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, todas as informações referentes a contratos, no exercício 2010, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Na oportunidade informamos que as adesões à ata de registro de preços não se encontram cadastradas, tendo em vista que o sistema não permite vinculação a nossa UASG.

MARY CHENG
Diretora de Gestão Interna
CPF:147.470.878-18



Anexo II
Declaração de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaramos que esta Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, CNPJ nº 00.627.612/0001-09, cumpriu com as disposições da Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2011.



ALBERTO ALBINO DOS SANTOS
Coordenador de Recursos Humanos
CPF: 970.921.858-15



Anexo III

Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP			114702
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Balanço Patrimonial, com referência à conta “Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens”, que impropriamente registra o saldo contábil de R\$ 713,14, pela falta de reclassificação de despesa de Suprimento de Fundos, no exercício financeiro de 2010; b) Balanço Orçamentário, com referência ao título “Outras Receitas Correntes”, que registra o saldo de R\$ 39.771,37, sem a devida “previsão inicial” ou “previsão atualizada”; c) Balanço Financeiro, com referência à conta intitulada “Valores em Trânsito”, com saldo de R\$ 113,14, pela falta de regularização da conta de saque por cartão de crédito corporativo, no exercício financeiro de 2010. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2011
Contador Responsável	Wander Machado de Souza	CRC nº	CRC-DF 014448/O-7



Anexo IV

Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2010	2009	2010	2009	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	114702/11401 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	EMISSAO	02/03/2011				PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO							

INGRESSOS		DISPENSÍDIOS			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	3.521.333,85	2.860.916,16	DESPESAS CORRENTES	38.893.217,91	30.554.635,48
RECEITA PATRIMONIAL	28.825,72	24.413,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.360.815,92	14.704.276,33
RECEITA DE SERVIÇOS	779.569,32	697.485,59	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.561.043,26	13.279.731,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.773,57	10.890,87	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.265.823,36	0,00
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	2.673.165,24	2.128.126,30	OUTRAS DESPESAS	17.295.219,90	13.279.731,65
RECEITA PATRIMONIAL	10.310,00	2.750,00	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	2.971.358,73	2.570.627,50
RECEITA DE SERVIÇOS	2.662.855,24	2.125.376,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.814.733,61	1.534.066,55
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.297,82	-978,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.156.625,12	1.036.560,95
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	38.126.641,36	30.839.371,91	DESPESAS DE CAPITAL	1.091.789,83	939.558,07
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	36.939.881,72	29.669.441,20	INVESTIMENTOS	1.091.789,83	939.558,07
REPASSE RECEBIDO	36.650.009,02	29.548.507,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.798.041,91	1.541.983,23
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	289.872,70	120.933,28	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	572.103,04	361.161,65
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.186.759,64	1.169.930,71	REPASSE CONCEDIDO	40.556,91	24.840,00
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.186.759,64	1.169.930,71	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	531.546,13	336.321,65
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	8.258.380,44	5.797.330,71	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.225.938,87	1.180.821,58
VALORES EM CIRCULAÇÃO	5.139.986,31	4.411.569,02	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.225.938,87	1.180.821,58
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	5.127.582,17	4.399.164,88	DISPENSÍDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	8.122.008,18	6.460.464,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.404,14	12.404,14	VALORES EM CIRCULAÇÃO	6.825.759,35	5.139.986,31
OUTROS CREDITOS	12.404,14	12.404,14	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.813.355,21	5.127.582,17
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	531.546,13	336.321,65	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.404,14	12.404,14
ORÇÁOS EM CIRCULAÇÃO	1.284.864,30	900.575,66	OUTROS CREDITOS	12.404,14	12.404,14
RESTOS A PAGAR	1.284.751,16	900.575,66	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	336.321,65	167.382,23
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.201.060,88	862.813,59	VALORES DIFERIDOS	336.321,65	167.382,23
CANCELADO	83.690,28	37.762,07	ORÇÁOS EM CIRCULAÇÃO	862.813,59	1.060.411,57
VALORES EM TRANSITO	113,14	0,00	FORNECEDORES	0,00	32.822,47
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACÖES	1.301.983,70	148.864,38	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	32.822,47
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.255.534,75	139.132,84	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	0,00	9.731,54
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.255.534,75	92.683,89	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	862.813,59	1.017.857,56
OUTRAS INCORPORACÖES DE DIREITOS	0,00	46.448,95	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACÖES	97.113,59	92.683,89
DESINCORPORACAO DE OBRIGACÖES	0,00	9.731,54	BAIXA DE DIREITOS	92.683,89	92.683,89
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.731,54	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	92.683,89	92.683,89
AJUSTES DE CREDITOS	46.448,95	9.731,54	INCORPORACAO DE OBRIGACÖES	4.429,70	0,00
INGRESSOS	49.905.057,83	39.496.640,78	OUTRAS INCORPORACÖES DE OBRIGACÖES	4.429,70	0,00
			DISPENSÍDIOS	49.905.057,83	39.496.640,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	114702/11401 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	2010	DEZEMBRO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO	EMISSAO	PAGINA
		02/03/2011	1

ATIVO		PASSIVO			
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	6.825.759,35	5.139.986,31	PASSIVO FINANCEIRO	1.732.720,15	1.199.135,24
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.825.759,35	5.139.986,31	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.201.174,02	862.813,59
CREDITOS A RECEBER	12.404,14	12.404,14	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.201.060,88	862.813,59
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	5.557.820,46	5.034.898,28	A LIQUIDAR	113,14	0,00
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	105.210,00	0,00	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	531.546,13	336.321,65
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.150.324,75	92.683,89	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	531.546,13	336.321,65
ATIVO NAO FINANCEIRO	25.482.927,67	24.918.510,63	VALORES DIFERIDOS	-1.191.616,65	-853.369,36
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.459.074,99	4.436.822,31	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.191.616,65	-853.369,36
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.928.801,27	3.815.084,67	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.444,23	9.444,23
FORNECIMENTOS A RECEBER	279.468,52	872.788,59	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	-1.201.060,88	-862.813,59
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETTIFIC	-1.150.324,75	-92.683,89	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	541.103,50	345.765,88
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.676.768,31	2.912.090,78	PASSIVO REAL	31.767.583,52	29.712.731,06
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	122.889,19	122.889,19	PATRIMONIO LIQUIDO	31.767.583,52	29.712.731,06
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	530.273,72	621.737,64	PATRIMONIO/CAPITAL	31.767.583,52	29.712.731,06
ESTOQUES	530.273,72	621.737,64	PATRIMONIO	32.308.687,02	30.058.496,94
PERMANENTE	21.023.852,68	20.481.688,32	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	-32.308.687,02	-30.058.496,94
IMOBILIZADO	21.022.801,51	20.480.637,15	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA		
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.051,17	1.051,17			
INTANGIVEL	32.308.687,02	30.058.496,94			
ATIVO REAL	26.468.392,90	33.661.268,83			
ATIVO COMPENSADO	26.468.392,90	33.661.268,83	PASSIVO COMPENSADO	26.468.392,90	33.661.268,83
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	713,14	150,00	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	713,14	150,00
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	5.074.447,57	5.074.447,57	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	5.074.447,57	5.074.447,57
GARANTIAS DE VALORES	1.225.965,46	1.225.965,46	VALORES EM GARANTIA	1.225.965,46	1.225.965,46
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	20.167.266,73	19.445.701,97	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	20.167.266,73	19.445.701,97
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	0,00	7.915.003,83	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	0,00	7.915.003,83
OUTRAS COMPENSACOES	58.777.079,92	63.719.765,77	COMPENSACOES DIVERSAS	58.777.079,92	63.719.765,77
ATIVO	58.777.079,92	63.719.765,77	PASSIVO	58.777.079,92	63.719.765,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2010	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	114702/11401 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	EMISSAO	02/03/2011	PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO				

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	
ORCAMENTARIAS	44.276.922,88	35.687.986,53	ORCAMENTARIAS	43.735.196,74
RECEITAS CORRENTES	3.521.333,85	2.860.916,16	DESPESAS CORRENTES	38.893.217,91
RECEITA PATRIMONIAL	28.825,72	24.413,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.360.815,92
RECEITA DE SERVICOS	779.599,32	697.485,59	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.561.043,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.773,57	10.890,87	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	2.971.358,73
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	2.673.165,24	2.128.126,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.814.733,61
RECEITA PATRIMONIAL	10.310,00	2.750,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.156.625,12
RECEITA DE SERVICOS	2.662.855,24	2.125.376,30	DESPESAS DE CAPITAL	1.091.789,83
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.297,82	-978,00	INVESTIMENTOS	1.091.789,83
INTERFERENCIAS ATIVAS	36.939.881,72	29.669.441,20	INTERFERENCIAS PASSIVAS	572.103,04
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	36.939.881,72	29.669.441,20	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	572.103,04
REPASSE RECEBIDO	36.650.009,02	29.548.507,92	REPASSE CONCEDIDO	40.556,91
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	289.872,70	120.933,28	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	531.546,13
MUTACOES ATIVAS	3.817.005,13	3.158.607,17	MUTACOES PASSIVAS	3178.085,96
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.615.944,25	2.295.793,58	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.178.085,96
AQUISICOES DE BENS	745.064,36	817.798,24	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.286,86
INCORPORACAO DE CREDITOS	1.765.964,39	1.419.268,84	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	3.176.799,10
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	104.915,50	58.726,50	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	5.145.956,35
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.201.060,88	862.813,59	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.225.938,87
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	6.659.082,67	4.896.759,14	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.225.938,87
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.583.479,03	2.328.170,56	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.920.017,48
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.186.759,64	1.169.930,71	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.272.076,60
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.186.759,64	1.169.930,71	BAIXA DE BENS MOVEIS	995.618,63
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	2.888.844,00	1.398.657,87	BAIXA DE DIREITOS	1.276.457,97
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.978.007,18	893.206,13	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.647.940,88
INCORPORACOES DE ATIVOS	596.339,21	614.117,68	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.381.667,97	279.088,45	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	864.387,87	505.451,74	RESULTADO PATRIMONIAL	2.054.852,46
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	46.448,95	0,00	SUPERAVIT	2.054.852,46
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	46.448,95	0,00		
AJUSTES FINANCEIROS	46.448,95	0,00		
DEFICIT				
VARIACOES ATIVAS	50.936.095,55	40.584.745,67	VARIACOES PASSIVAS	50.936.095,55
				40.584.745,67



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2010	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	114702/11401 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	EMISSÃO	02/03/2011	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO				

TÍTULOS	RECEITA			DESPESA			ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	2.632.066,00	2.632.066,00	3.520.036,03	-887.970,03	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	34.438.117,00	37.833.595,00	35.705.233,17	2.128.361,83
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.847,00	33.847,00	39.135,72	-5.288,72	DESPESAS CORRENTES	33.314.117,00	36.709.595,00	34.613.443,34	2.096.151,66
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.598.219,00	2.598.219,00	3.441.128,94	-842.909,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	15.929.245,00	19.063.200,00	19.041.650,65	21.549,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	39.771,37	-39.771,37	OUTRAS DESPESAS CORREN	17.384.872,00	17.646.395,00	15.571.792,69	2.074.602,31
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA					DESPESAS DE CAPITAL	1.124.000,00	1.124.000,00	1.091.789,83	32.210,17
					INVESTIMENTOS	1.124.000,00	1.124.000,00	1.091.789,83	32.210,17
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	4.122.000,00	1.860.471,54	2.261.528,46
SUBTOTAL I	2.632.066,00	2.632.066,00	3.520.036,03	-887.970,03	SUBTOTAL I	34.438.117,00	41.955.595,00	37.565.704,71	4.389.890,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	114702/11401 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA			2010	DEZEMBRO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			EMISSÃO	PÁGINA
				02/03/2011	2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.122.000,00	1.860.471,54	2.261.528,46
					OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.122.000,00	1.860.471,54	2.261.528,46
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	2.484.544,84	2.419.303,03	65.241,81
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.484.544,84	2.419.303,03	65.241,81
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	239.720,69	133.698,98	105.821,81
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	2.244.824,15	2.285.404,15	-40.580,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	2.484.544,84	2.419.303,03	65.241,81
REPASSE	39.323.529,00	41.808.073,84	36.367.778,68	5.440.295,16					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-39.179,23	39.179,23					
TOTAL	41.955.595,00	44.440.139,84	39.848.635,48	4.591.504,36	TOTAL	34.438.117,00	44.440.139,84	39.985.007,74	4.455.132,10
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	136.372,26	-136.372,26	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	41.955.595,00	44.440.139,84	39.985.007,74	4.455.132,10	TOTAL GERAL	34.438.117,00	44.440.139,84	39.985.007,74	4.455.132,10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2010	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	114702/11401 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	EMISSÃO	02/03/2011		
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			PÁGINA	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-6.825.759,35	-5.139.986,31
			CREDITOS A RECEBER	-6.825.759,35	-5.139.986,31
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-6.813.355,21	-5.127.582,17
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-5.557.820,46	-5.034.898,28
			RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO - FUNDOS	-105.210,00	0,00
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-1.150.324,75	-92.683,89
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	-12.404,14	-12.404,14
			SALARIO-MATERIDADE	1.201.174,02	-12.404,14
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.201.060,88	862.813,59
			OBRIGACOES A PAGAR	1.201.060,88	862.813,59
			RESTOS A PAGAR	1.201.060,88	862.813,59
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	113,14	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	113,14	0,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	531.546,13	336.321,65
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	531.546,13	336.321,65
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	5.093.039,20	3.940.851,07
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	4.474.260,58	4.184.488,83
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	1.150.324,75	92.683,89
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	1.150.324,75	92.683,89
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	1.150.324,75	92.683,89
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-531.546,13	-336.321,65
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	-531.546,13	-336.321,65
		0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO		MES	
		2010	2011	DEZEMBRO	PÁGINA
SUBTÍTULO	114702/11401 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	- EMISSÃO		1	
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO	02/03/2011			
TÍTULOS		2010	2009		
RECEITAS ORÇAMENTARIAS					
RECEITAS CORRENTES		3.521.333,85		2.860.916,16	
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS		3.521.333,85		2.860.916,16	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.297,82		-978,00	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS		3.520.036,03		2.859.938,16	
DESPESAS ORÇAMENTARIAS					
DESPESAS CORRENTES		40.707.951,52		32.088.702,03	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		20.990.283,14		17.772.409,43	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.717.668,38		14.316.292,60	
DESPESAS DE CAPITAL		1.091.789,83		939.558,07	
INVESTIMENTOS		1.091.789,83		939.558,07	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS		41.799.741,35		33.028.260,10	
RESULTADO ORÇAMENTARIO		-38.279.705,32		-30.168.321,94	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS		36.939.881,72		29.669.441,20	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		36.939.881,72		29.669.441,20	
MUTUOÇÕES ATIVAS ORÇAMENTARIAS		3.817.005,13		3.158.607,17	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		2.615.944,25		2.295.793,58	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.201.060,88		862.813,59	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS		572.103,04		361.161,65	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		572.103,04		361.161,65	
(-) MUTUOÇÕES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS		3.178.085,96		2.299.461,72	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		3.178.085,96		2.299.461,72	
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF./MUTUOÇÕES		-1.273.007,47		-896,94	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS					
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		2.583.479,03		2.328.170,56	
TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		2.583.479,03		2.328.170,56	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS		1.310.471,56		2.327.273,62	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		1.186.759,64		1.169.930,71	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS		1.186.759,64		1.169.930,71	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		2.888.844,00		1.398.657,87	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.978.007,18		893.206,13	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		864.387,87		505.451,74	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		46.448,95		0,00	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS		1.225.938,87		1.180.821,58	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		1.225.938,87		1.180.821,58	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.920.017,48		2.436.321,42	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		2.272.076,60		932.533,01	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.647.940,88		1.475.815,69	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		0,00		27.972,72	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT		2.054.852,46		2.812.785,75	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS		
SUBTITULO	114702/11401 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	EXERCICIO 2010	MES DEZEMBRO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	EMISSAO 02/03/2011	PAGINA 1

TITULOS	2010	2009
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	3.521.333,85	2.860.916,16
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	3.521.333,85	2.860.916,16
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.297,82	-978,00
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	3.520.036,03	2.859.938,16
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
ADMINISTRACAO	17.556.905,08	15.474.510,40
PREVIDENCIA SOCIAL	2.863.713,10	2.574.555,38
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	39.985.007,74	31.494.193,55
RESULTADO ORCAMENTARIO	-36.464.971,71	-28.634.255,39
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	36.939.881,72	29.669.441,20
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	36.939.881,72	29.669.441,20
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	3.817.005,13	3.158.607,17
INCORPORACAO DE ATIVOS	2.615.944,25	2.295.793,58
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.201.060,88	862.813,59
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	572.103,04	361.161,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	572.103,04	361.161,65
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	3.178.085,96	2.299.461,72
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	541.726,14	2.299.461,72
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES		1.533.169,61
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.583.479,03	2.328.170,56
RECEITAS DE INST. FINANC. ENT. COMER. E IND.	2.583.479,03	2.328.170,56
TOTAL DAS RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.125.205,17	3.861.340,17
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.186.759,64	1.169.930,71
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.186.759,64	1.169.930,71
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	2.888.844,00	1.398.657,87
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.978.007,18	893.206,13
INCORPORACAO DE ATIVOS	864.387,87	505.451,74
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	46.448,95	0,00
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.225.938,87	1.180.821,58
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.225.938,87	1.180.821,58
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.920.017,48	2.436.321,42
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	2.272.076,60	932.533,01
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.647.940,88	1.475.815,69
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	27.972,72
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.054.852,46	2.812.785,75
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT		